

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS

*Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Relatório dos Auditores Independentes*

www.sgsauditores.com.br



comunicacao@sgsauditores.com.br



+55 11 3862-1844 | +55 11 94595-2780



Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre D Sala 608 e 109, 05319-000



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2025 e de 2024

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 3
Balanços patrimoniais	4 – 5
Demonstrações de resultado Gerencial	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 – 26

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS

Barretos – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

- I. A Entidade não possui controle individualizado físico e contábil do ativo imobilizado e iniciou a contabilização das despesas com depreciação a partir de junho de 2016. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade. Conforme nota nº 2, em 31 de dezembro de 2025 a entidade apresenta passivo à descoberto no montante de R\$ 157.460.817 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 47.353.420, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 17, Ressarcimento ao SUS: Este procedimento está previsto na Instrução Normativa Conjunta ANS nº 5, de 30/09/2011, que determina que as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem proceder ao registro contábil relativo ao ressarcimento SUS no passivo, na conta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar. No ano de 2025 devido a uma negociação, o valor devido foi pago em parcial restando apenas um valor que será saldado posteriormente.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Presley José Godoy



SGS Auditores Independentes LTDA
CRC 2 SP 020.277/O-5 S-SP

Presley José Godoy
Contador
CRC 1 SP 185.052/O-5 S-SP

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 16 Abril 2026, 16:17:54



Status: Assinado

Documento: SANTA CASA DE BARRETOS - PARECER - 31.12.2025_15.04.2026.Pdf

Número: 5eb3684d-733c-4c7f-aa1c-79b4d076247a

Data da criação: 16 Abril 2026, 16:05:54

Hash do documento original (SHA256): d11940aabfc802e118c70592526f6ba7bd568668b6db189dcf3d455533154ba4



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

<p>Assinado via ZapSign by Truora</p> <p>PRESLEY JOSÉ GODOY Data e hora da assinatura: 16/04/2026 16:17:54 Token: 4739f02b-24a2-462c-8796-42405c1260b7</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Presley José Godoy</i></p> <p>Presley José Godoy</p>
<p>Pontos de autenticação: Telefone: 5511971183617 E-mail: sgs@sgsauditores.com.br Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>IP: 177.141.244.191 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/147.0.0.0 Safari/537.36</p>

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 5eb3684d-733c-4c7f-aa1c-79b4d076247a, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 5eb3684d-733c-4c7f-aa1c-79b4d076247a. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Santa Casa de Misericórdia de Barretos

Balanço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Reais

ATIVO	Nota Explicativa	2025	2024
CIRCULANTE		9.205.176	10.463.051
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		23.539	33.587
Caixa e Equivalente de caixa	3	15.275	18.061
Aplicações Financeiras sem restrição	4	8.248	15.510
Aplicações Financeiras com restrição	4	16	16
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		9.038.254	10.007.195
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	4.743.544	4.743.544
(-) Provisão Créditos e Liq. Duvidosa	5	(4.743.544)	(4.743.544)
Créditos de operações de assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	6	6.444.110	5.905.251
Estoques	8	2.583.316	4.090.935
Bens e títulos a receber	7	10.827	11.010
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES		143.384	422.269
Adiantamentos	7	143.384	422.269
NÃO - CIRCULANTE		32.169.981	34.461.140
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.694.274	6.604.428
Depósitos Extra- Judiciais	9	6.694.274	6.604.428
Outros Créditos		-	-
IMOBILIZADO	10	25.475.707	27.856.711
Imobilizado		56.237.492	54.987.603
(-) Depreciação Acumulada		(30.761.786)	(27.130.892)
TOTAL DO ATIVO		41.375.157	44.924.191

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Santa Casa de Misericórdia de Barretos

Balanco Patrimonial

Para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Reais

PASSIVO	Nota Explicativa	2025	2024
CIRCULANTE		<u>56.558.596</u>	<u>43.259.742</u>
Débitos com operações de assist. à saúde não rel. com planos de saúde da operadora	11	5.105.624	4.789.359
Tributos e encargos sociais a recolher	12	2.030.603	2.046.526
Parcelamentos de tributos e encargos sociais	13	2.110.348	2.350.309
Empréstimos e financiamentos	14	32.693.460	20.107.733
Obrigações com pessoal	15	7.523.560	7.071.226
Fornecedores	15	5.810.471	5.268.724
Outros debitos a pagar	16	1.284.529	1.625.865
NÃO CIRCULANTE		<u>142.277.378</u>	<u>126.551.702</u>
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	17	3.448.037	19.637.534
Contingencias	18	646.400	423.000
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.121.282	1.121.281
Parcelamentos de tributos e encargos sociais	13	6.257.564	8.382.543
Empréstimos e financiamentos	14	99.208.695	75.348.011
Fornecedores	19	16.708.057	16.708.057
Subvenções a realizar	20	14.887.343	4.931.276
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO		<u>(157.460.817)</u>	<u>(124.887.253)</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		8.310.777	8.310.777
Superávit/ déficit acumulado		(165.771.594)	(133.198.030)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>41.375.157</u>	<u>44.924.191</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Casa de Misericórdia de Barretos

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Reais

DESCRIÇÃO	NOTA	2025	2024
RECEITAS			
Receita de convênio - SUS	21	64.437.393	60.214.586
Receita demais convênios	22	12.369.925	13.028.679
Receita de particulares	22	134.769	182.934
Subvencoes Governamentais	23	28.790.219	31.179.379
Receita SUS Paulista	23	41.280.853	27.890.442
Receita Piso da Enfermagem	23	3.946.746	5.086.403
Total das receitas		150.959.906	137.582.423
Deduções da receita bruta			
Glosas de serviços		(3.839.606)	(4.090.506)
Receita operacional líquida		147.120.299	133.491.917
Custos dos materiais / medicamentos	27	(49.835.345)	(40.468.286)
Custos dos serviços assistenciais prestados	27	(57.081.556)	(54.483.881)
Superávit Bruto		40.203.398	38.539.750
DESPESAS			
Salários e encargos	28	(60.825.559)	(55.940.086)
Salário Piso da enfermagem	28	(3.908.333)	(5.476.732)
Administrativas e gerais	28	(11.281.447)	(10.426.675)
Tributárias	28	(83.261)	(36.538)
Depreciação e amortização	28	(3.630.894)	(3.578.308)
Total das despesas		(79.729.494)	(75.458.339)
Superávit (déficit) operacional anual		(39.526.096)	(36.918.589)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Doações	24	3.208.374	3.631.878
Outras receitas	25	485.458	313.070
Total de outras receitas (despesas) operacionais		3.693.832	3.944.948
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira	29	10.007.520	86.143
Despesa financeira	29	(8.248.820)	(5.822.980)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		1.758.700	(5.736.837)
Resultado antes das receitas extraordinarias		(34.073.564)	(38.710.478)
RECEITAS EXTRAORDINARIAS			
Emendas impositivas	26	1.500.000	9.735.427
Total de receitas (despesas) extraordinarias		1.500.000	9.735.427
IMUNIDADES PREVIDENCIARIAS USUFRUIDAS			
Imunidades Previdenciarias Usufruídas	31	10.745.717	9.319.145
Imunidades Previdenciarias Usufruídas	31	(10.745.717)	(9.319.145)
Superávit/(déficit) do exercício		(32.573.564)	(28.975.051)



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRETOS
AV 23, 1208 - BARRETOS - SP- CNPJ: 44.782.779/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO				
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (EM REAIS)				
CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	DEFICIT/SUPERAVIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(104.222.979)	8.310.777	-	(95.912.202)
Déficit/ Superavit do Exercício	(28.975.051)	-	(28.975.051)	(28.975.051)
Transferência para patrimônio social	-	-	28.975.051	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(133.198.030)	8.310.777	-	(124.887.253)
Déficit/ Superavit do Exercício	(32.573.564)	-	(32.573.564)	(32.573.564)
Transferência para patrimônio social	-	-	(32.573.564)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(165.771.594)	8.310.777	-	157.460.817

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRETOS
AV 23, 1208 - BARRETOS - SP- CNPJ: 44.782.779/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

1- ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
Superávit/ Déficit do Exercício	(32.573.564)	(28.975.051)
(+) Depreciação e Amortização	3.630.894	3.578.308
(+) Provisão para perdas sobre créditos	-	-
(+) Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Superávit do Exercício Ajustado	(28.942.670)	(25.396.743)
 Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC		
(+)/(-) Aplicações financeiras	7.261	(2.631)
(+)/(-) Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-
(+)/(-) Créditos de oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(538.859)	(549.071)
(+)/(-) Bens e títulos a receber	183	(5.846)
(+)/(-) Outros créditos a receber do não circulante	1.696.658	(793.250)
Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC	1.165.243	(1.350.798)
 Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC		
(+)/(-) Provisões Técnicas de Operações de Assist. à saúde	-	-
(+)/(-) Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	316.265	1.435.130
(+)/(-) Tributos e encargos sociais a recolher e parcelamentos	(2.380.862)	(1.779.537)
(+)/(-) Fornecedores	541.748	1.972.914
(+)/(-) Obrigação com Pessoal	452.334	1.000.208
(+)/(-) Débitos diversos	9.614.730	(6.213.525)
(+)/(-) Passivo não circulante	(15.966.097)	1.151.959
Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC	(7.421.882)	(2.432.851)
 TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	 (35.199.309)	 (29.180.392)
 2- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Novas aquisições de ativo Imobilizado e Intangível	(1.249.889)	(1.783.246)
(-) Aumentos de investimentos não circulantes	-	-
 3- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento (diminuição) de empréstimos	39.353.124	32.901.601
Amortização de empréstimos	(2.906.712)	(1.926.238)
Distribuição de lucros	-	-
Aumento de capital	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-
Remuneração capital	-	-
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	36.446.412	30.975.363
 (1+2+3) VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	 (2.786)	 11.725
DISPONIBILIDADE NO INÍCIO DO PERÍODO	18.061	6.336
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(2.786)	11.725
DISPONIBILIDADE NO FINAL DO PERÍODO	15.275	18.061



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

1. Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia de Barretos é uma Instituição organizada sob a forma de Associação de fins não econômicos, beneficentes e filantrópicos, constituída em Assembleia Geral de 09 de janeiro de 1921, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 712 de 24 de agosto de 1959, e Federal pelo Decreto nº 98.147, de 15 de setembro de 1989. É uma Associação filantrópica atuante na área da assistência médico-hospitalar, obriga-se a manter leitos e serviços hospitalares para uso público, gratuito, sem qualquer distinção de raça, cor, sexo ou religião, dentro das normas estabelecidas por legislações e regulamentos Federais, Estaduais e Municipais. Tem sua sede e foro na cidade de Barretos, no Estado de São Paulo, à Avenida 23, nº 1.208, Centro e à Rua 28 nº 728, está inscrita no CNPJ-MF sob o nº 44.782.779/0001-10.

São objetivos sociais da Santa Casa: Prestar assistência integral à saúde a qualquer pessoa, em conformidade com as legislações Federal, Estadual e Municipal e os seus regulamentos e normas administrativas; Prestar atendimento gratuito, dentro das possibilidades orçamentárias da Santa Casa, aos necessitados não possam ser atendidos pelo SUS; Operar planos de assistência à saúde, mediante a garantia de abertura de custos assistenciais médico ambulatorial e hospitalar, a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado e sem limite financeiro, executados através dos serviços prestados pela Santa Casa ou rede credenciada para tanto, quando o Hospital não possuir o necessário serviço; Promover e estimular o voluntariado e a solidariedade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 a entidade apresenta passivo à descoberto no montante de R\$ 157.460.817 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 47.353.420, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Diretoria foi realizada em 20 de março de 2026.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

Contraprestações pecuniárias a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Disponível

	2025	2024
Caixa	15.267	14.059
Bancos conta movimento sem restrição	2	2
Bancos conta movimento com restrição	6	4.000
Total	15.275	18.061

4. Aplicações financeiras

	2025	2024
Investimentos Fundos/CDB sem restrição	8.248	15.510
Investimentos Fundos/CDB com restrição	16	16
Total	8.264	15.526



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2025	2024
Contraprestações pecuniárias a receber	4.743.544	4.743.544
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	<u>(4.743.544)</u>	<u>(4.743.544)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.

6. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

A. Créditos públicos

	2025	2024
SUS	3.990.068	3.891.907
SUS Hemodiálise	1.109.618	557.377
Créditos Públicos	<u>5.099.686</u>	<u>4.449.284</u>

B. Créditos particulares

	2025	2024
H.B SAUDE	7.460	33.435
APAS	201.742	185.055
IAMSPE	334.759	169.572
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais	383.986	383.985
São Francisco Sistema de Saúde	8.101	7.916
Austa Clínicas	40.895	37.055
Outros Convênios	751.466	1.022.934
PECLD (i)	<u>(383.986)</u>	<u>(383.986)</u>
Total Créditos particulares	<u>1.344.424</u>	<u>1.455.967</u>
Total Geral	<u>6.444.110</u>	<u>5.905.251</u>

(i) Provisão consiste em cima de processo judicial movido contra o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais para receber os atendimentos a ele realizados no ano de 2017/2018.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

7. Bens, títulos e créditos a receber

	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos a fornecedores (i)	30.688	702.000	346.836	702.000
Adiantamentos a funcionários	112.696	-	75.433	-
Cheques a receber	10.827	-	3.814	-
Cartão de crédito	-	-	7.196	-
PECLD (i)	-	(702.000)	-	(702.000)
Total	154.211	-	433.279	-

- (i) Existe contabilizado no Longo Prazo valor que se refere a adiantamento de pagamento a prestador de serviço cuja negociação vem sendo discutida judicialmente. Porém em cumprimento a normas contábeis foi realizada a provisão de perda deste numerário.

8. Estoques

	2025	2024
Farmácia	915.147	1.091.150
Nutrição	253.471	353.801
Almoxarifado	1.414.698	2.645.984
Total	2.583.316	4.090.935

9. Depósitos judiciais e fiscais

	2025	2024
Saldos bancários bloqueados	6.694.274	6.604.428
Total	6.694.274	6.604.428

Tais saldos são decorrentes de bloqueios em ações de cobrança de fornecedores de bens e serviços e créditos provenientes de convênios médicos.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

10. Movimentação do Imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>		<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>Adições</u>			<u>31.12.2025</u>
	%	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Custo</u>						
Terrenos	10%	4.187.650	-	-	-	4.187.650
Edificações	38%	23.450.800	-	-	2.756.241	26.207.041
Máquinas, equip. e instalações (1)	39%	18.857.240	123.037	-	-	18.980.276
Móveis e utensílios	11%	4.979.971	17.478	-	-	4.997.450
Computadores e periféricos	1%	585.880	119.420	-	-	705.300
Veículos	2%	783.192	-	-	-	783.192
Imobilizado em andamento		2.142.870	989.954	-	(2.756.241)	376.583
Total	100%	54.987.603	1.249.889	-	-	56.237.492
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Edificações		(6.566.615)	(947.219)	-	-	(7.513.835)
Máquinas, equip. e instalações		(14.303.600)	(1.893.150)	-	-	(16.196.750)
Móveis e utensílios		(4.373.781)	(499.169)	-	-	(4.872.950)
Computadores e periféricos		(485.031)	(134.717)	-	-	(619.748)
Veículos		(1.401.864)	(156.638)	-	-	(1.558.503)
Total		(27.130.892)	(3.630.893)	-	-	(30.761.786)
Total		27.856.711	(2.381.004)	-	-	25.475.707

A Administração da Entidade realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

11. Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2025	2024
Prestadores de serviços de assistência à saúde	5.105.624	4.789.359
Total	5.105.624	4.789.359

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
INSS funcionários a recolher	417.236	-	470.400	-
FGTS a recolher	522.907	-	392.685	-
Contribuições sindicais	238.750	-	241.612	-
IRRF retido na fonte	539.570	-	649.259	-
ISS retido na fonte	126.284	-	110.805	-
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	163.204	-	151.757	-
Contribuições previdenciárias retidas na fonte	22.651	1.121.282	30.008	1.121.281
Total	2.030.603	1.121.282	2.046.526	1.121.281

13. Parcelamentos de tributos e encargos sociais a recolher

	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FGTS parcelamentos (i)	219.383	1.178.051	219.383	1.412.064
Parcelamento PERT – Previdenciário (ii)	542.284	1.672.044	542.284	2.214.328
Parcelamento PERT – Demais Débitos (ii)	747.909	2.306.053	747.909	3.053.963
Parcelamento Transação Excep. – Previd. (iii)	-	-	239.961	-
Parcelamento Transação Excep. – Demais (iii)	600.772	1.101.416	600.772	1.702.187
Total	2.110.348	6.257.564	2.350.309	8.382.543

(i) Refere-se a parcelamento do FGTS junto à Caixa Econômica Federal, firmado em fevereiro de 2015 no valor de R\$ 3.290.748 parcelado em 180 meses.

(ii) Refere-se a parcelamento da Lei 13.496/2017 (PERT) consolidado em outubro de 2017.

(iii) Refere-se a parcelamento adquirido em novembro de 2020 junto a PGFN, em aproveitamento de parcelamento lançado pela PGFN em decorrência da pandemia, chamado de Transação Excepcional.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

14. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Vencimento	2025		2024	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Bradesco S/A	0,82% a.m.	15/06/2029	3.185.257	7.963.143	3.185.257	11.148.400
Conta Garantida Banco Itaú	0,99% a.m.	-	12.040.243	-	12.500.000	-
Conta Garantida Santander	1,60% a.m.	-	10.000.019	-	5.154.145	-
Conta Garantida Daycoval	1,44% a.m.	-	5.000.000	-	-	-
Conta Garantida Bradesco	1,42% a.m.	-	3.300.000	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	6.632	92.197.482	331.604	65.990.231
Juros a Incorrer	-	-	(838.691)	(951.930)	(1.063.273)	(1.790.620)
Total			32.693.460	99.208.695	20.107.733	75.348.011

As garantias são avais dos diretores e bens.

15. Débitos diversos

	2025	2024
Salários a pagar	2.923.991	2.707.667
Provisão de férias e encargos sociais	4.577.183	4.228.861
Provisão de 13 salário e encargos	-	132.024
Outras obrigações com pessoal	22.386	2.674
Fornecedores	5.810.471	5.268.724
Total	13.334.031	12.339.950

16. Outros débitos a pagar

	2025	2024
Telefones	9.761	6.425
Energia elétrica	11.889	727
Acordo CPFL	858.285	1.290.285
Outros	404.594	328.428
Total	1.284.529	1.625.865



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

17. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (i)	-	3.448.037	-	19.637.534
Total	-	3.448.037	-	19.637.534

(i) Ressarcimento ao SUS: Este procedimento está previsto na Instrução Normativa Conjunta ANS nº 5, de 30/09/2011, que determina que as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem proceder ao registro contábil relativo ao ressarcimento SUS no passivo, na conta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar. No ano de 2025 devido a uma negociação, o valor devido foi pago em parcial restando apenas um valor que será saldado posteriormente.

18. Contingências

	2025	2024
Contingências trabalhistas	646.400	423.000
Total	646.400	423.000

A Administração da Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis em andamento e em fase de defesa. A administração, suportada pela assessoria jurídica, classificou como perda provável R\$ 646.400, havendo provisão nas demonstrações financeiras. Há também processos que foram classificados como perda “possível” ou “remota”, pela assessoria jurídica, que perdura o montante de R\$ 38.833.604 nas áreas civil, fiscal e trabalhista que estão em análise.

19. Débitos diversos de Longo Prazo

	2025	2024
Fornecedores	10.107.643	10.107.643
Prestadores de serviços médicos	6.600.414	6.600.414
Total	16.708.057	16.708.057

Trata-se de débitos sem estimativa de pagamento adquiridos anteriores a 11/2016 e em parte em negociação judicial.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

20. Convênios Públicos a realizar Investimento

	2025	2024
Convenio Federal 807958/2014	92.608	142.608
Convenio Federal 807957/2014	47.917	72.917
Convenio Federal 812384/2014	9.917	15.917
Convenio Federal 807956/2014	32.000	48.000
Convenio Federal 791034/2013	31.250	46.250
Convenio Federal 099156/2013	20.000	30.000
Convenio Federal 800235/2013	47.633	72.633
Convenio Federal 836982/2016	58.042	78.242
Convenio Federal 837585/2016	31.416	44.416
Convenio Federal 848890/2017	195.000	255.000
Convenio Federal 848891/2017	37.500	47.500
Convenio Federal 868777/2018	392.154	486.331
Convenio Federal 821384/2015	189.209	238.568
Convenio Federal 873440/2018	50.799	64.051
Convenio Federal 883464/2019	86.770	105.363
Convenio Estadual 1267/2018	30.001	40.000
Convenio Estadual 1268/2018	22.100	28.900
Convenio Estadual 473/2019	411.313	511.741
Total	1.785.629	2.328.437

20.1 Convênios Públicos a realizar Custeio

	2025	2024
Convenio Estadual 388/2020	-	255.838
Convenio Estadual 268/2020	1.390.636	1.390.636
5º Termo Aditivo ao Convenio 001/2023	6.486.162	-
9º Termo Aditivo ao Convenio 001/2023	1.000.000	-
8º Termo Aditivo ao Convenio 001/2023	200.000	-
7º Termo Aditivo ao Convenio 001/2023	1.000.000	-
Convenio Estadual 312/2024	1.408.664	-
6º Termo Aditivo ao Convenio 001/20230	1.156.275	-
Total	12.641.737	1.646.474



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

20.2 Convênios Privados - Investimento

	2025	2024
Projeto Reforma pela Vida	210.490	-
Total	210.490	-

20.3 Termos de fomento a realizar

	2025	2024
Termo Fomento 023/2022	36.464	42.996
Termo Fomento 004/2023	8	8.620
Termo Fomento 005/2023	1	904.749
Termo Fomento 013/2024	213.013	-
Total	249.486	956.365
Total Geral	14.887.343	4.931.276

Os valores são referentes a subvenções, convênios de custeio e convênios de investimento (imobilizado), termos de fomento, sendo a realização da receita conforme gastos ou a depreciação dos bens adquiridos.

21. Receitas de convênio - SUS

	2025	2024
Serviços Hospitalares – AIH	47.141.503	43.341.719
Ambulatório – AIH	4.901.648	4.435.038
Hemodiálise	6.692.208	6.725.795
Rede Cegonha	1.106.995	1.106.995
Rede Urgência e Emergência	4.540.039	4.540.039
Repasse CCIH	55.000	65.000
Total	64.437.393	60.214.586



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

22. Receitas com convênios e particulares

	2025	2024
Receitas conveniadas	12.369.925	13.028.679
Receitas particulares	134.769	182.934
Total	12.504.694	13.211.613

23. Subvenções

Foram registradas dentro do grupo de contas de outras receitas operacionais as seguintes subvenções:

	2025	2024
Subvenções municipais (1)	4.927.058	2.224.502
Subvenções estaduais (2)	46.718.433	41.919.737
Subvenções federais (3)	22.372.327	20.011.985
Total	74.017.818	64.156.224

Essas receitas com subvenções e doações estão classificadas na rubrica “outras receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora” na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

Item (1)

1º Termo Aditivo Excepcional ao Convênio Especial SMS 001/2023	3.000.000
3º Termo Aditivo Excepcional ao Convênio Especial SMS 001/2023	1.000.000
Termo de Fomento nº 023/2021	6.532
Termo de Fomento nº 004/2023	8.748
Termo de Fomento nº 005/2023	911.778
Total	4.927.058



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

Item (2)

Convenio estadual 1267/2018	10.000
Convenio estadual 1268/2018	6.800
Convenio estadual 473/2019	100.428
Convenio estadual 5º Termo Aditivo ao Convenio Especial SMS 001/2023	5.320.352
Tabela SUS Paulista	41.280.853
Total	46.718.433

Item (3)

Reconhecimento de receita sobre subvenção compra de máquinas/equipamentos	425.581
Recurso Temporário ao Piso Nacional da Enfermagem	3.946.746
4 º Termo Aditivo Convenio Especial SMS nº 001/2023	18.000.000
Total	22.372.327

24. Doações

	2025	2024
Doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas	3.208.374	3.631.878
Total	3.208.374	3.631.878

25. Outras receitas operacionais

	2025	2024
Refeições	137.685	163.688
Receitas diversas hospital	272.537	97.409
Outras recuperações	75.236	51.973
Total	485.458	313.070



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

26. Receitas Extraordinárias

	2025	2024
Emendas Parlamentares	1.500.000	9.735.427
Total	1.500.000	9.735.427

Portaria 4963/2024 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000632297202400	1.500.000
Total	1.500.000

27. Outras despesas operacionais

	2025	2024
Despesa com operações médico-hospitalar	(55.680.831)	(52.761.239)
Residência médica	(1.400.725)	(1.722.643)
Gêneros alimentícios	(5.174.071)	(3.887.569)
Oxigênio	(424.059)	(381.016)
Drogas e medicamentos	(13.397.157)	(12.145.108)
Material hospitalar	(17.901.861)	(14.073.038)
Material de órtese e prótese	(11.029.513)	(8.449.348)
Esterilização	(517.085)	(498.272)
Outros	(1.391.599)	(1.033.934)
Total	(106.916.901)	(94.952.167)

O aumento das despesas é referente ao funcionamento da unidade anexo A da Santa Casa (cardíaca).



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

28. Despesas administrativas

	2025	2024
Despesas de empregados	(49.738.610)	(49.117.397)
Despesas de empregados piso enfermagem	(7.567.250)	(5.476.732)
Despesas de indenizações	(759.168)	(796.535)
Despesas com encargos sociais	(4.469.190)	(3.954.540)
Outras despesas com empregados	(2.199.674)	(2.071.615)
Remunerações por serviços	(2.760.695)	(2.489.604)
Despesas com expediente	(12.151.646)	(11.515.378)
Despesas com contribuições e donativos	(83.261)	(36.538)
Total	<u>(79.729.494)</u>	<u>(75.458.339)</u>

29. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras	<u>10.007.520</u>	<u>86.143</u>
Atualização Monetária	243.479	40.591
*Outras Receitas	9.764.041	45.552
Despesas financeiras	<u>(8.248.820)</u>	<u>(5.822.980)</u>
Descontos financeiros condicionais	-	(123.395)
Juros s/ Empréstimo	(1.063.274)	(1.266.364)
Juros/Multas	(7.129.203)	(4.338.186)
Outras Despesas	(56.343)	(95.035)
Resultado Líquido	<u>(1.758.700)</u>	<u>(5.736.837)</u>

*A Entidade registrou um abatimento de obrigações junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no montante de R\$ 9.748.383.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

30. Remuneração da administração

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Sua Administração está a cargo de uma Diretoria eleita pelo Conselho de Administração, cujos membros, assim como os do Conselho Fiscal, são eleitos pela Assembleia Geral, por um mandato de quatro anos. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de quatro anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão.

31. Imunidade previdenciária usufruída

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às imunidades previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2025 e de 2024, correspondem aos montantes de R\$ 10.745.717 e de R\$ 9.319.145, respectivamente.

32. Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS/Folha, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras. Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

33. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais.

A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais**

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

34. Gerenciamento de riscos

As operações da Entidade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, câmbio, de crédito e de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Entidade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

35. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A Administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

36. Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Reais

37. Atendimento ao SUS

A Entidade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, efetuou os atendimentos a pacientes relativos ao Sistema Único de Saúde (SUS), no limite mínimo em atendimento a legislação vigente, aplicados anualmente nos exercícios.

a) Internações

	<u>2025</u>	%	<u>2024</u>	%
SUS	12.284	97%	12.082	91%
Convênios	228	2%	1.229	8%
Particulares	14	1%	36	1%
Total	<u>12.526</u>	100%	<u>13.347</u>	100%

b) Atendimentos Ambulatoriais de Pronto Socorro

	<u>2025</u>	%	<u>2024</u>	%
SUS	288.184	98%	259.010	89%
Convênios	3.379	1%	29.931	10%
Particulares	231	1%	433	1%
Total	<u>291.794</u>	100%	<u>289.374</u>	100%